

Ata da Reunião Ordinária nº 099 do Conselho de Curadores da Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências, Fundação PATRIA, realizada em 18 de fevereiro de 2025, presencialmente na Sede do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, com disponibilização de link de videoconferência, utilizando recursos da rede mundial de computadores (aplicativo Cisco Webex Meetings).

Participaram, presencialmente (P) ou por videoconferência (V), os seguintes membros: do Conselho de Curadores Vice-Almirante (EN) Celso Mizutani Koga, Curador Representante da Marinha do Brasil (Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo) e Presidente do Conselho (P); Vice-Almirante (RM1) Valter Citavicius Filho, Curador Representante da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul) (P); Contra-Almirante (EN) Marcio Ximenes Virgínio da Silva, Curador Representante da Marinha do Brasil (Centro de Projetos de Sistemas Navais) (P); Contra-Almirante (EN) Sérgio Luís de Carvalho Miranda, Curador Representante da Marinha do Brasil (Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha) (P); CMG (RM1-T) Maurício Pires Malburg da Silveira, Suplente do Curador Representante da Marinha do Brasil (DGDNTM) (P); e do Conselho Fiscal – CMG (RM1-IM) José Alexandre Pires, Presidente daquele Conselho (P).

Não compareceu nenhum representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), pois ainda não houve indicação por parte daquele Ministério. A representante da Prefeitura Municipal de Iperó tentou o acesso via Webex durante toda a reunião, mas não obteve sucesso. Não compareceu o representante do Conselho Técnico-Científico.

Também compareceram o Contra-Almirante (RM1-IM) Antonio Bernardo Ferreira, do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (P); CMG Caio Germano Cardoso, Vice-Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; e o Sr. Murilo Francisco Barella, Suplente do Curador Representante da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul) (V).

Compareceram pela Fundação PATRIA: Newton Calvoso Pinto Homem, Diretor-Presidente (P); Renato Augusto de Campos, Diretor Técnico (P); João Luís Marins, Diretor Administrativo (P); Carlos Alberto Rezende Martins, Diretor Financeiro (P); Dra. Isabela Bera de Andrade, Assistente Jurídica (V); Arnaldo Barros Xavier Júnior, Assessor-Executivo de Ordenação de Despesas (V); e Pedro Alves Cavalcante Júnior, Assessor de Governança, Integridade, Risco e Controle Interno (P).

A reunião iniciou-se às 15:50 horas, com o quórum de cinco Curadores. O Presidente do Conselho abriu a reunião e passou a palavra para o Diretor-Presidente. Este agradeceu a presença de todos, alertou que a reunião, como usual, estava sendo gravada para facilitar a elaboração da ata, discorreu sobre a agenda da reunião.

Abrindo a reunião, o Diretor-Presidente apresentou as pendências das atas anteriores, que foram:

- COFINS – o saldo vem reduzindo mês a mês e há indicações que essa questão será pacificada em curto ou médio prazo;
- Curador MCTI – ainda não houve indicação e um quarto ofício foi enviado no início de 2025; e
- Revisão do PCS – foi encaminhada ao Conselho, em 28/01.

O Presidente do Conselho questionou quando o valor do COFINS devido seria zero. O Diretor-Presidente disse que em maio de 2027 fecha o quinquênio para preterição do débito. O Presidente do Conselho perguntou se há saldo provisionado para pagamento desse montante, que vem reduzindo, para o que o Diretor-Presidente explicou que, no início do cômputo, a Fundação não possuía recursos suficientes e que, atualmente, não tem o dinheiro separado, mas tem condições de pagar.

A palavra foi passada ao Diretor Administrativo que discorreu sobre as metas do ano de 2024. Ele mencionou a retomada do Plano Estratégico Organizacional (PEO) com a reativação da Assessoria de Governança, Integridade, Risco e Controle Interno (GIRCI); uma maior utilização do SAGI para a área de Projetos; a revisão dos processos que auxiliarão a implantação da metodologia de Gestão de Conhecimento em parceria com a AMAZUL; as normas revistas (Norma de DOA, Código de Ética e Normas de Segurança Corporativa); a situação do Programa de Responsabilidade Social (PRS), que já foi enviado ao Conselho Fiscal; e a retomada de elaboração dos programas de integridade (incluindo a certificação anticorrupção) a partir da reativação da Assessoria GIRCI.

Em relação à Gestão de Conhecimento, o Diretor-Presidente ressaltou que a ideia é terminar em maio e apresentar no Conselho de Fundação de Apoio (CONFIES) para concorrer ao prêmio de “Boas Práticas”.

A palavra foi passada para o Diretor Financeiro que apresentou o Demonstrativo do Fechamento de Contas de 2024, lembrando que os dados ainda não foram verificados pela auditoria externa. Apresentou Receitas, Despesas e Saldos. O saldo estimado da Fundação, em 31/12/2024, ficou em R\$ 3.032.169,60 (a previsão feita em OUT24 era de R\$ 3.049.106,86).

O Diretor-Presidente chamou a atenção que esse montante constitui a Reserva Operacional da Fundação. Entretanto, o saldo da conta é maior, R\$ 8.118.824,73, por incluir provisões para ressarcimentos futuros (Convênios FINEP que pagam antecipadamente) e desmobilização da Fundação.

O Diretor Financeiro apresentou a evolução do saldo da Fundação e a tabela com as despesas não ressarcidas em 2024, devido a Convênios que já exauriram suas Reservas de DOA que montam R\$ 484.755,63.

O Diretor-Presidente tomou a palavra e explicou que as prorrogações de prazos de Convênios são complicadas, pois muitos fatores devem ser levados em conta, sendo um deles a importância do próprio Convênio. Frisou que, no gráfico de ressarcimento, pode ser identificado o momento da mudança da sistemática de ressarcimento de DOA (OUT2024,) que vem sendo ajustada e entrará em normalidade. A meta a ser atingida e que foi estabelecida no POA de 2025 é de 6% de despesas não ressarcidas. Em 2024, ainda não havia uma meta definida, mas ela ficou em 7,92%.

O Diretor Financeiro apresentou o gráfico de Saúde Financeira, mas deixou claro que ele não considera redução de mão de obra à medida que os Convênios forem se encerrando ao longo do tempo. Essa redução permitiria aumentar esse horizonte para além de MAI2028.

Foi apresentado os saldos das contas de Convênios no dia 31/12/2024 que totalizam R\$ 553.805.950,08.

O Diretor Financeiro apresentou a tabela com a Execução Financeira discriminada pelas nove rubricas, explicando que a reforma e manutenção da rede elétrica foi realizada pela mesma empresa que montou a rede de Informática e, por isso, uma das rubricas restou negativa enquanto a outra apresentou saldo positivo.

O Presidente do Conselho perguntou se o valor de R\$ 621.391,85 deixou de ser aplicado e se isso foi proposital ou por deficiência dos processos. O Diretor-Presidente explicou que, quando o POA é elaborado, a projeção de despesas é superestimada e a de receita é conservadora. Além disso, alguns gastos se apresentaram menores no momento da assinatura de contratos, como o caso dos veículos por assinatura. O Presidente do Conselho chamou a atenção que gastos menores podem significar uma estimativa ruim ou não execução de algum item previsto e que, esse último caso pode trazer impactos, afetando a eficiência da Fundação. Sendo assim, ele gostaria de ver a comparação do que foi executado, com a análise do efeito da não execução.

O Diretor Administrativo citou o exemplo da elaboração do sítio da Internet, estimado em R\$ 40 mil para 2024. Quando a especificação ficou pronta, apareceu a oportunidade de contratar um Assistente de TI que irá elaborar o sítio como Empregado, não havendo a necessidade de empregar aquele recurso.

O Presidente do Conselho explicou que, considerando que as necessidades são maiores que os recursos, a preocupação é a não utilização de recursos programados que poderiam ter sido utilizados para outra finalidade, comprometendo o objetivo da Fundação. No seu entender, a previsão tem que ser bem feita de modo que possa haver uma priorização. E cada setor que recebe uma parte dos recursos tem que executar os mesmos para não impactar os que também estavam concorrendo a esses recursos. Por fim considerou aceitáveis as justificativas e sugeriu a Fundação um acompanhamento da execução dos itens de cada rubrica. O Diretor-presidente informou que irá elaborar esse controle da execução física do POA, para apresentar oportunamente.

O Diretor Financeiro prosseguiu apresentando os recursos processados no ano de 2024 na ordem de R\$ 53 milhões e o número de processos de pagamento.

Finalizando a sua parte, o Diretor Financeiro atualizou o cenário para o ano de 2025, indicando que a capacidade de ressarcimento que estava prevista em R\$ 8.681.968,18 foi recalculada para R\$ 8.790.000,00, apesar de sete Convênios terem a sua capacidade de ressarcimento reduzida. Essas reduções foram causadas por aumento da apropriação de DOA ao final do ano (UCEU, STERNA, SisC2Geo e SONAT) e contabilização de aditivos de prazo sem aumento de reserva de DOA (RMB2, RMB3 e LEI).

O Diretor-Presidente tomou a palavra e mencionou que, no RMB3, foi feita uma separação contábil de R\$ 500.000,00 para uma possível aquisição da casa ao lado que hoje está ocupada por meio de aluguel.

O Diretor Financeiro continuou apresentando a tabela que considera a margem de segurança de 5% e o Índice de Eficiência Financeira de 94%, concluindo que a Disponibilidade Orçamentária está em R\$ 8.774.329,54, mais perto do valor da despesa total prevista no Plano de Necessidades, que monta R\$ 9.050.645,12.

O Diretor-Presidente tomou a palavra e explicou que, apesar da melhora do cenário, nada será alterado por enquanto. Com uma melhora mais significativa do cenário ao longo do ano, poderá ser solicitado ao Conselho adotar o cenário intermediário, o que permitirá a execução completa do Plano de Necessidades.

O Presidente do Conselho Fiscal pediu a palavra e pediu esclarecimento em relação ao valor a ser utilizado para a dotação orçamentária. O Diretor Financeiro esclareceu que nada será alterado, apesar do cenário ter se apresentado mais confortável.

Ele continuou apresentando as contratações que estavam previstas no POA 2025, a saber: um Assessor de Governança, Integridade, Risco e Controle Interno – GIRCI, presente à reunião; um Auxiliar JR2 de Projetos (em substituição ao Auxiliar de Obtenção SR4, em virtude da alteração da sistemática de processos de aquisição); um Assistente de TI JR4 (que será responsável por elaborar o sítio eletrônico da Fundação e gerenciar a segurança cibernética); um Auxiliar Administrativo SR4 (que substituirá a Empregada em via de se aposentar); e três Estagiários (dentro das dez vagas programadas).

O Diretor-Presidente tomou a palavra e, como último tópico, apresentou os assuntos previstos para serem discutidos durante o ano, que são:

- Revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS) – em análise pelo Conselho Fiscal;
- Apreciação do Programa de Responsabilidade Social (PRS) – encaminhado ao Conselho;
- Fiscal para análise, em FEV25;
- Aprovação das Contas da Fundação 2024 – ABR25;

- Aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024 – ABR25;
- Proposta de aquisição da casa ao lado – em fase inicial de estudo – JUL25; e
- Aprovação do PTrab e POA 2026 – NOV25.

Em relação à casa, mencionou que a casa ao lado é ocupada pela Diretoria Técnica e que o proprietário já demonstrou interesse em vender. O Diretor-Presidente explicou que foi feita uma separação contábil de R\$ 500.000,00, sem afetar o POA aprovado, para a compra e que um estudo será apresentado ao Conselho, propondo um valor teto para a negociação. O Presidente do Conselho perguntou qual o valor do aluguel. O Diretor Administrativo respondeu que o proprietário pediu R\$ 2.500,00, mas aceitou R\$ 2.300,00 com a promessa de que seria analisada a possibilidade de compra do imóvel. Também ressaltou que, no passado, por duas vezes, a Fundação tentou comprar um outro terreno ao lado, mas quando a autorização do Conselho foi obtida, o proprietário aumentou o valor. Concluiu que, por isso, é importante ter um valor autorizado para negociar.

Terminados os assuntos da pauta, o Presidente do Conselho abriu a palavra a todos. Ninguém se manifestou. O Presidente do Conselho agradeceu pela condução da reunião e mencionou a importância do Plano Estratégico Organizacional (PEO) perguntando qual a previsão de conclusão, haja vista a importância para a Fundação. O Diretor-Presidente explicou que a elaboração do PEO já havia avançado até a matriz SWOT, mas que o trabalho será revisado para corrigir algum conceito equivocado, com previsão de término este ano de 2025. O Presidente do Conselho perguntou se o PEO é avaliado pelo Conselho. O Diretor Administrativo explicou que a previsão, no PTrab, é terminar o PEO em outubro para envio ao Conselho Fiscal. O Presidente do Conselho acrescentou que o PEO é importante para definir onde a Fundação quer chegar e que, por isso, deve ser bem elaborado.

O Presidente do Conselho agradeceu a todos, lembrando que as coisas têm que ser sempre bem feitas visando preservar o nome da Fundação PATRIA, mantendo o zelo pelos Convênios e sabendo gerenciar o aumento do número de Convênios sem comprometer o atendimento de outros Convênios de forma adequada. É uma avaliação que deve ser feita, considerando que a Fundação também não pode rejeitar convênios e deve ter um critério. O Diretor-Presidente pediu a palavra e explicou que, atualmente, com a adoção da emissão do Orçamento Estimativo, ficou mais fácil obter argumentos para recusar um Convênio. No passado, houve um Convênio que não foi aceito porque daria prejuízo. No Caso do Aditivo do Rota 2023 (em vigor no momento e com Aditivo em discussão), a pergunta colocada foi se a PATRIA foi responsável pelo atraso no atingimento do objeto. Acrescentou que são considerados também os aspectos políticos. Citou a importância do LEI, que foi aditado por dezoito meses, e o Laser, que foi aditado para recebimento de uma máquina importada. Citou também o FINEP 23 (Radar Gaivota), que mais uma vez foi aditivado e ainda tem muito dinheiro a ser executado.

O Presidente do Conselho perguntou como estaria o RMB, já que ele é responsável por grande parte dos recursos da Fundação. O Diretor-Presidente explicou que ainda haverá mais dinheiro e que o Convênio está sendo conduzido a contento, principalmente com a adoção da nova metodologia que está tornando os processos mais ágeis. Aproveitou para mencionar a questão da elaboração de um plano de trabalho para convênios, que tem dois pontos críticos: a elaboração de um plano muito genérico, que dificulta o planejamento futuro, e um plano otimista com prazo muito curto, que leva quase sempre a um aditivo de tempo. No segundo caso, é mais fácil planejar para um prazo maior e terminar o convênio mais cedo. Acrescentou que, atualmente, estamos ajudando as ICT a elaborar planos de trabalho, o que tem ajudado bastante a Fundação. Citou como exemplo um Convênio FINEP para a LABMAT que foi elaborado a quatro mãos com o Diretor Técnico da Fundação.

Não havendo mais comentários, a reunião foi encerrada pelo Presidente do Conselho às 16:54 horas.

Sendo assim, foi encerrada esta ata que foi assinada digitalmente pelos cinco Curadores que participaram da Reunião, pelo Diretor-Presidente da Fundação e pelo Presidente do Conselho Fiscal, em substituição à elaboração de ata de presença.

Iperó/SP, em 18 de fevereiro de 2025.

VALte (EN) Celso Mizutani Koga Curador Representante da Marinha (CTMSP) Presidente do Conselho de Curadores	
VALte (RM1) Valter Citavicius Filho Curador Representante da Amazul	
CALte (EN) Marcio Ximenes Virgínio da Silva Curador Representante da Marinha (CPSN)	
CALte (EN) Sérgio Luís de Carvalho Miranda Curador Representante da Marinha (DDNM)	
CMG (RM1-T) Maurício Pires Malburg da Silveira Suplente do Curador Representante da Marinha do Brasil (DGDNTM)	
Newton Calvoso Pinto Homem Diretor-Presidente da Fundação PATRIA	
CMG(RM1-IM) José Alexandre Pires Presidente do Conselho Fiscal	